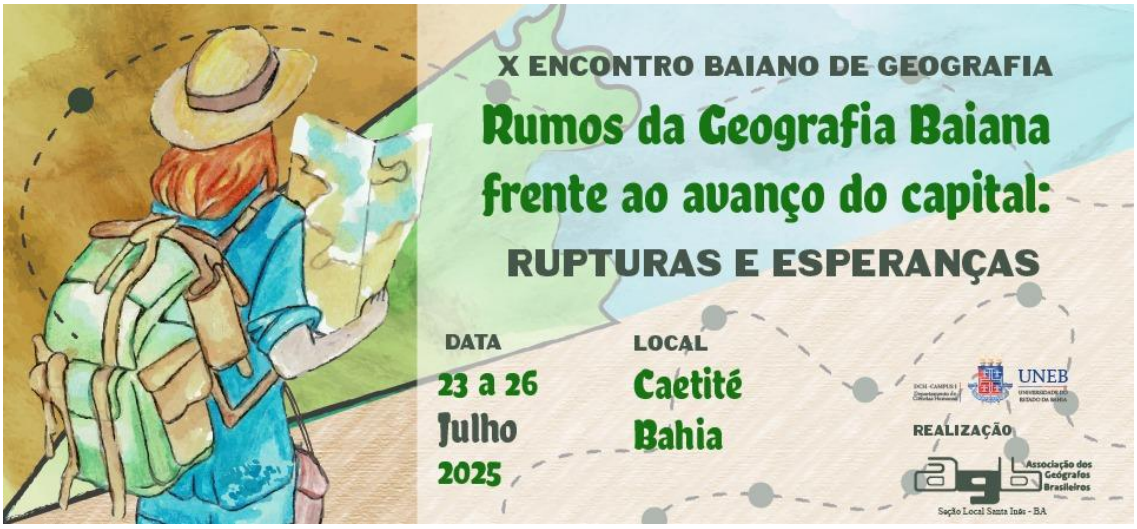

PERSPECTIVAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA A PARTIR DOS SEUS ITINERÁRIOS NA REDE DE ATENÇÃO À MULHER DE SALVADOR-BA

Marcia Tavares Nunes[1]

Palavras-chave: Injustiça espacial; Violência doméstica contra a mulher; Rede de Atenção à Mulher.

INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada "Injustiça Espacial nos Itinerários de Mulheres em Situação de Violência Doméstica no Subúrbio Ferroviário de Salvador-BA," apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO/UFBA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

A pesquisa buscou realizar uma análise da violência doméstica praticada contra mulheres, considerando que esse fenômeno social é extremamente grave, representando um problema de saúde pública que ocorre em âmbito global. As violências e os agravos contra mulheres assumem diversas formas e, em casos extremos, podem culminar no feminicídio – assassinato de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros.

No Brasil, a violência doméstica pode atingir mulheres de todas as classes sociais, idades e origens étnico-raciais. Contudo, nem todas estão igualmente expostas ou têm acesso às políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessa problemática. Mulheres negras e em situação de pobreza são particularmente vulneráveis, não apenas pela maior exposição à violência, mas também pelas dificuldades de acessar serviços especializados que poderiam auxiliá-las na ruptura do ciclo de violência. Diante desse contexto, a pesquisa teve como

[1] Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Integra o Grupo de Trabalho Geografias Negras e Geografias Feministas da AGB Santa Inês e o Coletivo de Enfrentamento ao Feminicídio na Bahia (CEFEM).

objetivo compreender como as injustiças socioespaciais presentes nas áreas residenciais do Subúrbio Ferroviário de Salvador impactam o cotidiano e os itinerários espaciais das mulheres que decidem romper o ciclo de violência doméstica e buscar os serviços da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência na cidade do Salvador.

A pesquisa buscou identificar e analisar os principais entraves, especialmente relacionados à mobilidade e acessibilidade, enfrentados por essas mulheres ao se deslocarem para os serviços especializados de atendimento. Para isso, utilizou-se vários caminhos metodológicos como: entrevistas semiestruturadas com mulheres maiores de idade, residentes no Subúrbio Ferroviário, que relataram experiências de violência doméstica.

As narrativas das entrevistadas foram analisadas com o objetivo de mapear o itinerário percorrido por cada uma, desde a tomada de decisão de romper com a violência, passando pela denúncia, até o acesso aos serviços da Rede de Atenção. Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais e integrantes de movimentos sociais atuantes no Subúrbio Ferroviário, com experiência no atendimento a mulheres em situação de violência. Essas entrevistas possibilitaram identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso aos serviços, bem como compreender as percepções dos profissionais e ativistas sobre o funcionamento da Rede de Atenção em Salvador.

A pesquisa contribuiu para evidenciar as desigualdades socioespaciais e propor reflexões acerca da necessidade de aprimoramento das políticas públicas, considerando as especificidades das mulheres negras e de baixa renda em contextos urbanos vulneráveis. O estudo foi ancorado no método da fenomenologia, que preconiza e valoriza as dimensões sociais e existenciais do ser humano. Reforçando a perspectiva de que o sujeito é quem descreve o objeto a partir da sua trajetória de vida, suas observações, percepções e vivências, o que permitiu uma compreensão mais profunda das dinâmicas socioespaciais vivenciadas pelas mulheres na pesquisa.

DISCUSSÕES E FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS

A violência doméstica contra mulheres é um agravo presente na vida de parcela significativa da população feminina, independentemente da sua condição socioeconômica, da raça/cor, da etnia, dentre outros marcadores sociais. Estimativas globais publicadas em 2021 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com base na última década, indicam que ao longo da vida, cerca de uma em cada três mulheres, em todo o mundo, sofre ou sofrerá violência física e/ou sexual por parte do seu parceiro ou de não parceiro, principalmente em países da periferia do capitalismo, com prevalência de agressões sobre mulheres jovens e com idade entre 15 e 24 anos. Essas agressões implicam problemas graves à saúde física e mental e ao bem-estar das mulheres afetadas, para toda a vida (OMS, 2021).

Embora se reconheça que todas as mulheres podem vir a sofrer algum tipo de violência durante a sua vida, é evidente que nem todas elas estão igualmente expostas, nem sofrem agressões da mesma maneira; tampouco as políticas públicas para o enfrentamento do problema da violência doméstica contra as mulheres, mesmo quando existentes, não as alcançam de maneira equânime. Na sociedade brasileira, gênero, aparência fenotípica “não branca”, e situação econômica são marcadores sociais que expressam um atravessamento de diversas formas de discriminações e a “condenação” a subalternidades construídas historicamente, que se traduzem em desigualdades socioeconômicas e espaciais.

Mulheres negras empobrecidas, que residem em áreas urbanas periféricas, são expostas a uma maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais, principalmente quanto às várias formas de violência; dentre as quais, a violência doméstica. Para tanto, uma análise que considere estas múltiplas opressões é, portanto, fundamental e necessária. (Carla Akotirene, 2018). A pesquisa buscou aporte teórico da interseccionalidade. Uma categoria sociológica, trazida por Kimberlé Crenshaw (1993), problematiza as desigualdades de gênero, raça e classe social, que configuram e potencializam as múltiplas opressões: racismo, sexismo e machismo, com silenciamento, apagamento histórico e intelectual e subalternização social que atingem diretamente as mulheres negras, isto é, pretas e pardas.

As citadas formas de violência alcançam estas mulheres e contribuem para sua maior exposição à violência doméstica, como também para sua menor condição de enfrentá-las. Carla Akotirene (2018) discute como a interseccionalidade se constitui numa ferramenta teórica e metodológica que possibilita uma análise acerca do racismo estrutural e do "cisheteropatriarcado" nas sociedades, em especial nas capitalistas, as quais são produtores de avenidas identitárias onde mulheres negras são, reiteradas vezes, atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição das opressões, de gênero, de raça e de classe.

Patrícia Hill Collins (2020) afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta analítica que nasce a partir de uma prática-crítica, em que raça, gênero, etnia, nacionalidade, orientação sexual, capacidade física e geração, dentre outros marcadores sociais de desigualdade, moldam a existência dos sujeitos e os tornam mais ou menos vulneráveis a diversos fenômenos e problemas sociais. Mulheres negras são preferencialmente atingidas por variadas e múltiplas expressões de opressões de gênero, o que justifica a necessidade de incorporar a perspectiva interseccional nas pesquisas sobre violência doméstica contra as mulheres (Kimberlé Crenshaw, 1993; Geledés, 2017; Carla Akotirene, 2018; Patricia Hill Collins, 2020).

No Brasil, segundo dados publicados em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), as mulheres negras são as que mais morrem por causas violentas: em 2017, 66% das mulheres vítimas de homicídio eram negras; entre as vítimas de feminicídio, elas também eram a maioria (61%); assim como entre as vítimas de estupro (51%). Entretanto, de acordo com a mesma fonte de informações, mulheres negras procuram menos os órgãos oficiais para denunciar a violência sofrida (21%), comparadas com as mulheres brancas (FBSP, 2019).

Um grande obstáculo para superação da violência doméstica contra as mulheres e que por vezes dificultou o acesso das mulheres aos serviços da Rede de Atenção a Mulher foi apresentado (por mulheres) a partir das injustiças espaciais posta por agentes responsáveis pela organização espacial das Cidades. Segundo Bernard Bret (2013), sempre que houver a inexistência ou deficiência de serviços básicos para o atendimento da população em seus locais de residência, haverá injustiça espacial.

As cidades e suas configurações socioespaciais são resultados das suas dinâmicas e relações, as quais criam espaços subjetivos, onde, por vezes, opera o controle e a manipulação por parte de quem detém o poder para uma valorização de algumas áreas da cidade. Essa forma de operacionalizar os espaços da cidade, com valorização de algumas partes e de determinados grupos sociais, expressa a face da desigualdade, onde mostra uma diferença de renda entre ricos e pobres e qual o lugar que cada grupo ocupa na cidade.

Ademais, essa diferença não ocorre apenas em termos de renda, mas também na qualidade do meio ambiente, na oferta dos equipamentos públicos, no acesso e oferta do transporte, assim como na distribuição de serviços públicos. Portanto, uma cidade que se organiza de forma que visa valorizar o espaço ocupado por quem possui maior renda, e assim poder aquisitivo para pagar o acesso aos espaços distribuídos de forma a privilegiar esse grupo, certamente pratica injustiça espacial. Haja vista que, para Margarida Pereira e Filipa Ramalhete (2017), a injustiça espacial ocorre quando estas materializam discriminações físicas, sociais e econômicas.

Para Edward Soja, a organização material do espaço, a partir da gestão pública, evidencia as contradições existentes e revela as injustiças espaciais:

> A organização política do espaço é uma fonte particularmente poderosa de injustiça espacial [...]. O funcionamento normal de um sistema urbano, as atividades cotidianas do funcionamento urbano, é uma fonte primária de desigualdade e injustiça, na medida em que o acúmulo de decisões locacionais em uma economia capitalista tende a levar à redistribuição da renda real em favor dos ricos em detrimento dos pobres. Essa injustiça redistributiva é agravada ainda mais pelo racismo, patriarcado, preconceito heterossexual e muitas outras formas de discriminação espacial e locacional. Note-se novamente que os processos podem operar sem formas rígidas de segregação espacial. O desenvolvimento geograficamente desigual e o subdesenvolvimento fornecem outra estrutura para interpretar o processo que produz injustiças, mas, como em outros processos, é apenas quando essa desigualdade se torna rígida, estruturas mais duradouras de privilégio e vantagem que a intervenção se torna necessária (Edward Soja, 2009, p. 3).

A Cidade do Salvador é marcada por uma extrema desigualdade e segregação socioespacial que atravessa de forma interseccional determinados grupos sociais, desde a sua fundação. Segundo Inaiá Carvalho e Gilberto Pereira (2015):

> Salvador, em cujos primórdios já se encontravam uma separação no interior do domicílio e no âmbito da edificação, com os escravos e agregados residindo quase sempre nos andares inferiores dos sobrados das famílias mais abastadas (Inaiá Maria Moreira de Carvalho e Gilberto Corso Pereira, 2015, p. 6).

No caso do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a segregação socioespacial, assim como a fragmentação urbana que seus moradores enfrentam cotidianamente, são frutos das ações dos agentes do mercado de terras e habitação que visam o favorecimento do sistema capitalista "[...] o espaço da cidade capitalista é dividido em áreas sociais segregadas" (Roberto Lobato Corrêa, 1989, p, 8). Essas desigualdades socioespaciais ainda são insuficientemente visíveis, ainda que estudos tenham tentado buscar problematizá-las, na perspectiva de produzir mudanças nesse contexto de injustiça social.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente foram entrevistadas cinco mulheres, todas nasceram no Estado da Bahia, sendo quatro no município do Salvador e uma no município de Pedrão-BA. Quatro das entrevistadas ainda residem no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Apenas uma mora

atualmente em outra localidade, no bairro Cabula. Todas residem em localidades com ruas pavimentadas. No momento das entrevistas, o acesso às residências, e aos outros locais onde ocorreram as entrevistas, foi fácil, por meio de automóvel.

Segue o quadro do perfil das mulheres em situação de violência doméstica em Salvador, que participaram da pesquisa.

Quadro 1. Perfil de mulheres entrevistadas. Salvador, 2023/2024

Nome	Lucy	Maria Marçal	Rosa	Cris	Tamires
Idade (em anos)	48	45	48	42	30
Raça/cor autodeclarada	Parda	Negra	Negra	Parda	Preta
Escolaridade	Ensino Superior Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio Incompleto
Religião	Evangélica	Evangélica	Católica	Cristã	Evangélica
Situação profissional	Copeira	Técnica de enfermagem	Diarista	Dona de casa	Vendedora
Número de filhos	2	1	3	3	Sem filhos

As entrevistas realizadas com mulheres negras no Subúrbio Ferroviário de Salvador revelaram as dificuldades socioespaciais enfrentadas no acesso à Rede de Atenção à Violência contra a Mulher. Entre as entrevistadas, majoritariamente acima dos 40 anos, com filhos e atuantes em profissões de baixa remuneração, emergem narrativas que evidenciam os desafios de mobilidade e infraestrutura no acesso aos serviços. A existência de apenas uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em uma região ampla e populosa reflete uma clara injustiça espacial.

Relatos indicaram obstáculos como a distância dos pontos de ônibus até a DEAM, o estado precário das ruas, especialmente em dias de chuva, e a localização desfavorável da 1ª Vara de Família, dificultando o deslocamento das vítimas. Além disso, foram apontadas inadequações no atendimento nos serviços públicos, incluindo ambientes pouco acolhedores. Esses fatores intensificam as barreiras na rota crítica que as mulheres percorrem para romper com o ciclo da violência doméstica. A análise destaca como a mobilidade urbana e a localização inadequada dos serviços da rede de atenção não consideram as necessidades das mulheres, perpetuando desigualdades socioespaciais e dificultando o enfrentamento da violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que fatores sociais e espaciais, como a localização desfavorável dos serviços da rede de atenção à mulher e as dificuldades de transporte público, atuam como barreiras que perpetuam a violência doméstica e dificultam o acesso das vítimas aos serviços de proteção no Subúrbio Ferroviário de Salvador. A análise destacou que as políticas

públicas destinadas às mulheres são ineficientes, agravando injustiças socioespaciais e comprometendo o rompimento do ciclo de violência.

Além disso, as respostas institucionais lentas intensificam a vulnerabilidade das mulheres, dificultando a eficácia da rede de apoio. O perfil sociodemográfico das participantes, majoritariamente mulheres negras e mães, expõe a sobreposição de desigualdades raciais, sociais e econômicas. Apesar da limitação no número de entrevistadas, o estudo evidenciou a necessidade de descentralização, expansão e qualificação dos serviços, promovendo acesso equitativo e respostas rápidas para fortalecer a proteção e os direitos das mulheres em situação de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. São Paulo: Letramento, 2018.

BRET, Bernard. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador: **segregação, pobreza e desigualdade.** Salvador: EDUFBA, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins:** intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: Stanford Law Review, v. 43, p. 1241-1299, 1993.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br. Acesso em: [23, nov. 2024].

GELEDÉS. **Instituto da Mulher Negra**: dados sobre violência contra a mulher no Brasil. São Paulo: Geledés, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br. Acesso em: [23, nov.2024].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Estimativas globais sobre violência contra as mulheres 2010-2020. Genebra**: OMS, 2021. Disponível em: https://www.who.int. Acesso em: [24, nov. 2024].

PEREIRA, Margarida; RAMALHETE, Filipa. **Injustiça espacial e desigualdade social:** reflexões e práticas. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017.

SOJA, Edward W. **The city and spatial justice.** Paris: Justice Spatiale, Spatial Justice, n. 1, p. 1-5, 2009.